

ANO 2016 .....

PROCESSO Nº .....



## Câmara Municipal de Bebedouro

### SECRETARIA

ESPÉCIE Projeto de Lei nº 54/2016 .....

OBJETO Dispõe sobre abertura de crédito suplementar no valor de .....

R\$ 152.210,00 (cento e cinquenta e dois mil duzentos e dez reais), que .....

especifica. ....

Apresentado em sessão do dia 23/05/2016 .....

Autoria Poder Executivo .....

Encaminhamento às Comissões de .....

Prazo final .....

Aprovado em 23/05/2016 .....

Rejeitado em ..... / ..... / .....

Autógrafo de Lei nº 5075/2016 .....

Lei nº 5122 DE 25 DE MAIO DE 2016 .....

# DIÁRIO OFICIAL



## MUNICIPIO DE BEBEDOURO

<http://sp.portaldatransparencia.com.br/prefeitura/bebedouro/>



### **LEI N. 5122 DE 25 DE MAIO DE 2016**

**Dispõe sobre abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 152.210,00 (cento e cinquenta e dois mil duzentos e dez reais), que especifica.**

O **Prefeito Municipal de Bebedouro**, usando de suas atribuições legais, Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele promulga a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica autorizada na Contadoria Municipal, nos termos da legislação em vigor, a abertura de um crédito suplementar no valor de R\$ 152.210,00 (cento e cinquenta e dois mil duzentos e dez reais), para suplementação de verba do orçamento vigente.

**Art. 2º** Para abertura do crédito a que se refere o artigo 1º, será utilizada a seguinte dotação:

09	<b>Secr. Mun. Defesa, Desenv. Social e Cidadania</b>	
09.06.00	<b>Conselhos Municipais de Cidadania</b>	
3.3.50.00.00-28.241.4011-2479	Transferência a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos .....	R\$ 152.210,00.

**Art. 3º** O valor do presente crédito será aberto por decreto do Executivo, nos termos do artigo 43 da Lei Federal n. 4.320/64.

**Art. 4º** As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão por conta de dotações próprias, consignadas no orçamento, suplementadas, se necessário.

**Art. 5º** Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Bebedouro 25 de maio de 2016.

**Fernando Galvão Moura**  
Prefeito Municipal

Publicada na Secretaria da Prefeitura a 25 de maio de 2016.

**Ivanira A de Souza**  
Secretaria

*"Deus Seja Louvado"*

013



# CÂMARA MUNICIPAL DE BEBEDOURO

OEC/223/2016 - je

Bebedouro, Capital Nacional da Laranja, 24 de maio de 2016.

Excelentíssimo Senhor,

Informo-lhe que na 16<sup>a</sup> sessão ordinária, realizada ontem, foram aprovados os Projetos de Lei n. 54 e 55/2016, ambos de autoria do Poder Executivo.

Para prosseguimento do processo legislativo, encaminho-lhe em anexo os Autógrafos de Lei n. 5075 e 5076/2016.

Atenciosamente,

  
**José Roberto De Rosis Mazeu**  
**PRESIDENTE**

Excelentíssimo Senhor  
Fernando Galvão Moura  
PREFEITO MUNICIPAL  
BEBEDOURO - SP

*Recbi  
03/06/16  
Moura*



# CÂMARA MUNICIPAL DE BEBEDOURO

ESTADO DE SÃO PAULO  
www.camarabebedouro.sp.gov.br

## AUTÓGRAFO DE LEI N. 5075/2016

**Dispõe sobre abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 152.210,00 (cento e cinquenta e dois mil duzentos e dez reais), que especifica.**

De autoria do Poder Executivo

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BEBEDOURO/ESTADO DE SÃO PAULO, usando de suas atribuições legais, regimentais e constitucionais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica autorizada na Contadoria Municipal, nos termos da legislação em vigor, a abertura de um crédito suplementar no valor de R\$ 152.210,00 (cento e cinquenta e dois mil duzentos e dez reais), para suplementação de verba do orçamento vigente.

**Art. 2º** Para abertura do crédito a que se refere o artigo 1º, será utilizada a seguinte dotação:

09	Secr. Mun. Defesa, Desenv. Social e Cidadania	
09.06.00	Conselhos Municipais de Cidadania	
3.3.50.00.00-28.241.4011-2479	Transferência a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos .....	R\$ 152.210,00.

**Art. 3º** O valor do presente crédito será aberto por decreto do Executivo, nos termos do artigo 43 da Lei Federal n. 4.320/64.

**Art. 4º** As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão por conta de dotações próprias, consignadas no orçamento, suplementadas, se necessário.

**Art. 5º** Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bebedouro, Capital Nacional da Laranja, 24 de maio de 2016.

  
José Roberto De Rosis Mazeu  
PRESIDENTE

  
Nasser José Delgado Abdallah  
1º SECRETÁRIO

  
Luiz Carlos de Freitas  
2º SECRETÁRIO

“Deus Seja Louvado”

00 011



# CÂMARA MUNICIPAL DE BEBEDOURO

ESTADO DE SÃO PAULO  
C.N.P.J. 49.159.668/0001-75  
www.camarabebedouro.sp.gov.br

**PROJETO DE LEI Nº 054/2016:** Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$152.210,00 (cento e cinquenta e dois mil, duzentos e dez reais) que especifica.

## PARECER DA COMISSÃO DE ASSUNTOS GERAIS

Diante das atribuições pertinentes a COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO (vide art. 78 da Resolução 64, de 09 de dezembro de 2002 - RICMB) passamos a emitir nosso parecer acerca do PROJETO DE LEI em epígrafe.

Após analisada a propositura referida na epígrafe, parece-nos inexistirem motivos que possam obstar sua tramitação legislativa. Portanto, votamos pela REGULARIDADE da propositura.

Esse é nosso parecer s.m.j.

Bebedouro (SP), capital nacional da laranja, 23 de maio de 2016.

  
Tiago Bosco de S. Elias  
RELATOR

  
Sebastiana Maria R. Tavares  
PRESIDENTE

  
Paulo Henrique I. Pereira  
MEMBRO



# CÂMARA MUNICIPAL DE BEBEDOURO

ESTADO DE SÃO PAULO  
C.N.P.J. 49.159.668/0001-75  
www.camarabebedouro.sp.gov.br

**PROJETO DE LEI Nº 054/2016:** Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$152.210,00 (cento e cinquenta e dois mil, duzentos e dez reais) que especifica.

## PARECER DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Diante das atribuições pertinentes a COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO (vide art. 77 da Resolução 64, de 09 de dezembro de 2002 - RICMB) passamos a emitir nosso parecer acerca do PROJETO DE LEI em epígrafe.

Após analisada a propositura referida na epígrafe, parece-nos inexistirem motivos que possam obstar sua tramitação legislativa. Portanto, votamos pela REGULARIDADE da propositura.

Esse é nosso parecer s.m.j.

Bebedouro (SP), capital nacional da laranja, 23 de maio de 2016.

Nasser José Delgado Abdallah  
RELATOR

Angelo Rafael Latorre Daolio  
PRESIDENTE

Luiz Carlos de Freitas  
MEMBRO



# CÂMARA MUNICIPAL DE BEBEDOURO

ESTADO DE SÃO PAULO  
C.N.P.J. 49.159.668/0001-75  
www.camarabebedouro.sp.gov.br

**PROJETO DE LEI Nº 054/2016:** Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$152.210,00 (cento e cinquenta e dois mil, duzentos e dez reais) que especifica.

## PARECER DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Diante das atribuições pertinentes a COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO (vide art. 76 da Resolução 64, de 09 de dezembro de 2002 - RICMB) passamos a emitir nosso parecer PROJETO DE LEI em epígrafe, o qual dispõe sobre a abertura de **crédito adicional suplementar** referido na epígrafe.

Assim, antes de qualquer coisa, entendemos fundamental esclarecer que **créditos adicionais** são as **autorizações de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei Orçamentária Anual**. É o que consta do art. 40, da Lei Federal nº 4.320/64.

Nesse sentido, é certo que os créditos adicionais se classificam em **suplementares, especiais e extraordinários**. Os **suplementares** destinam-se ao reforço de dotação orçamentária, ao passo que os **especiais** se destinam a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica e, finalmente, os **extraordinários** destinam-se a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública, tudo conforme consta do art. 41, da lei federal acima referida.

Isto posto, passo ao parecer.

### EXAME DO REPERTÓRIO LEGAL

#### DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.

Na espécie que o parecer focaliza, é claro o artigo 30, inciso I, no que concerne a competência do município em legislar sobre assuntos de interesse local. Assim, nota-se claramente a competência municipal para legislar acerca da matéria trazida a baila pelo presente PROJETO DE LEI, dado que a abertura de crédito adicional no orçamento municipal se insere, inegavelmente, dentre os assuntos de interesse local. Ademais, a CF/88 prevê mais especificamente em seu artigo 167, inciso V, que poderão ser abertos créditos adicionais condicionados à prévia autorização legislativa.

Portanto, o que o Poder Executivo busca nesse momento, através de LEI, é apenas a **AUTORIZAÇÃO LEGISLATIVA**.

#### DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE BEBEDOURO

O artigo 58, inciso IV, da LOMB versa acerca de algumas matérias reservadas à competência exclusiva do Prefeito Municipal, dentre as quais estão as matérias orçamentárias, bem como as autorizações para abertura de créditos adicionais, que se envolvem intimamente com o orçamento municipal:

**ART. 58** – *Compete exclusivamente ao Prefeito Municipal a iniciativa do Projeto de Lei que disponha sobre:*

“Deus seja louvado”

008



# CÂMARA MUNICIPAL DE BEBEDOURO

ESTADO DE SÃO PAULO  
C.N.P.J. 49.159.668/0001-75  
www.camarabebedouro.sp.gov.br

*IV - matéria orçamentária e a que autorize a abertura de créditos adicionais ou conceda auxílios, prêmios ou subvenções;*

Neste aspecto, portanto, inegável que a INICIATIVA do presente PROJETO DE LEI partiu justamente de quem tinha competência para fazê-lo. Assim, não há que se falar em vício de iniciativa quanto à matéria proposta.

DA LEI FEDERAL Nº 4.320/64

Cuidou o autor do projeto de observar o artigo 167, inciso V, da Constituição Federal, na medida em que ele esclarece que, por ocasião da abertura do crédito, que se dará por decreto executivo (vide art. 3º do projeto), é que será indicada a disponibilidade de recursos para cobrir o crédito adicional em questão.

Nesse sentido, a questão comporta alguns esclarecimentos. Pois, verifica-se do artigo 42, da Lei 4.320, de 17 de março de 1964, que:

*Art. 42. Os créditos suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo.*

donde temos, que a “**autorização por lei**” e a “**abertura por decreto**” são dois atos distintos, cabendo-nos, por ora, abordarmos tão somente a questão da autorização legislativa.

Assim, muito embora possam surgir algumas dúvidas acerca da indicação dos recursos disponíveis para ocorrer às despesas especificadas no art. 1º, temos como certo que tal indicação somente será necessária, por ocasião da efetiva ABERTURA DO CRÉDITO cuja autorização ora se busca. Vai nesse sentido, não só o artigo 167, inciso V, da CF, como também o artigo 43, da Lei 4.320/64, dispositivos estes que rezam com clareza o seguinte:

*Art. 167. São vedados:*

*V - a abertura de crédito complementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;*

*Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer à despesa e será precedida de exposição justificativa.*

de modo que, por ocasião da edição do Decreto (vide art. 42, da Lei Federal nº 4.320/64), indispensável será a INDICAÇÃO DOS RECURSOS DISPONÍVEIS em atendimento aos artigos acima mencionados, bem como indispensável será a indicação da importância, a espécie do mesmo e a classificação da despesa, até onde for possível, conforme determina o artigo 46, da Lei 4.320/64.

Portanto, muito embora fique o Poder Executivo autorizado desde já à abertura do crédito adicional, tal abertura somente ocorrerá efetivamente com a edição do decreto executivo no qual deverá conter obrigatoriamente a indicação da disponibilidade de recursos.

A respeito do tema, Hely Lopes Meirelles (vide Direito Municipal Brasileiro, 14ª edição, Malheiros Editores, pág. 743) ensina:

“Deus seja louvado”

007





# CÂMARA MUNICIPAL DE BEBEDOURO

ESTADO DE SÃO PAULO  
C.N.P.J. 49.159.668/0001-75

www.camarabebedouro.sp.gov.br

Os **créditos suplementares** são os que se destinam a reforço das dotações orçamentárias das despesas. São normalmente autorizados por lei especial e abertos por decreto do Executivo. Mas a lei orçamentária também pode fazê-lo, consoante o permite a constituição da República (art. 165, §8º). (...)

Os **créditos especiais** destinam-se a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica. São autorizados pela Câmara e abertos por decreto do Executivo. Esses créditos só se justificam quando as despesas imprevistas a que visam ocorrer, surgidas posteriormente à elaboração do orçamento, não encontrem cobertura nos recursos da *reserva de contingência*. De outra parte, é através da utilização de **créditos especiais** que se tornam disponíveis os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de LOA, ficarem sem despesas correspondentes (CF, art. 166, §8º).

Tanto a abertura de créditos suplementares como a de especiais dependem da existência de *recursos disponíveis* para a despesa e serão precedidas de exposição justificativa. Tais recursos provirão do **superávit financeiro** apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; do **excesso de arrecadação**; da **anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais** autorizados e não utilizados; ou do **produto de operações autorizadas**, em forma que juridicamente possibilite ao Poder executivo realizá-la. A Lei 4.320, de 1964, nos §§2º e 3º, do art. 43, diz o que se deve entender por **superávit** e **excesso de arrecadação**.

Diante do exposto, não encontramos qualquer vício de competência ou legalidade que macule a incitava contida no PROJETO DE LEI em foco, mormente porque já consta na própria LOA – Lei Orçamentária Anual nº 5.070/15, no art. 6º, inciso I, autorização legislativa para que o Poder Executivo suplemente até 15% do total das despesas fixadas no art. 4º que é de R\$241.892.000,00. Nesse sentido, uma vez atendidos os dispositivos de lei acima mencionados, não encontramos óbice à aprovação do presente PROJETO DE LEI.

É nosso parecer, s.m.j.

Bebedouro, Capital Nacional da Laranja, 23 de maio de 2016.

  
Fernando José Piffer  
RELATOR

  
José Baptista de Carvalho Neto  
PRESIDENTE

  
Sebastiana Maria Ribeiro Tavares  
MEMBRO

“Deus seja louvado”

00 006



**Prefeitura de  
Bebedouro**

ADM. 2013/2016

*Unindo esforços, somando competências*

Praça José Stamato Sobrinho - Nº 45 - CEP 14701-009 - Cx Postal 361  
CNPJ - 45.709.920/0001-11 - Insc. Est. Isenta  
BEBEDOURO - Estado de São Paulo  
Fone: (17) 3345-9100 www.bebedouro.sp.gov.br

Bebedouro Capital Nacional da Laranja, 12 de maio de 2016.  
OEP/197/2016

Senhor Presidente

Encaminhamos para apreciação e aprovação dessa Egrégia Câmara, **em regime de urgência**, o Projeto de Lei que dispõe sobre abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 152.210,00 (Cento e cinquenta e dois mil, duzentos e dez reais), que especifica.

O projeto em questão refere-se a ocorrer às despesas com repasse de subvenção às entidades referente à destinação de 1% do Imposto de Renda para o Conselho Municipal do Idoso, conforme documentos anexos.

Atenciosamente

**Fernando Galvão Moura**  
Prefeito Municipal

**A Sua Excelência o Senhor  
José Roberto De Rosis Mazeu  
Presidente da Câmara Municipal de Bebedouro  
Bebedouro-SP.**

CIENTE EM 16/05/16  
*[Assinatura]*  
PRESIDENTE

Nº de Protocolo **31754/2016** CÂMARA MUNICIPAL DE BEBEDOURO  
Data: 13/05/2016 Hora: 14:57  
Espécie: Projeto de Lei Nº 54/2016  
Autoria: Fernando Galvão Moura  
Assunto: Dispõe sobre abertura de crédito suplementar

“Deus Seja Louvado”

005

Nº de Protocolo  
**31754/2016**

CÂMARA MUNICIPAL DE BEBEDOURO

Data: 13/05/2016 Hora: 14:57

Espécie: Projeto de Lei Nº 54/2016

Autoria: Fernando Galvão Moura

Assunto: Dispõe sobre abertura de crédito suplementar

ços, somando competências

brinho - Nº 45 - CEP 14701-009 - Cx Postal 361  
.709.920/0001-11 - Insc. Est. Isenta  
DOURO - Estado de São Paulo  
345-9100 - www.bebedouro.sp.gov.br

**APROVADO EM UNANIMIDADE**

EM 23 / 05 / 16

José Roberto De Rosís Mazzei  
Presidente

**PROJETO DE LEI Nº 54 /2016.**

**Dispõe sobre abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 152.210,00 (Cento e cinquenta e dois mil, duzentos e dez reais), que especifica.**

**O Prefeito Municipal de Bebedouro, usando de suas atribuições legais, Faz saber que a Câmara Municipal aprova a seguinte Lei:**

**Art. 1º** - Fica autorizada na Contadoria Municipal, nos termos da legislação em vigor a abertura de um crédito suplementar no valor de R\$ 152.210,00 (Cento e cinquenta e dois mil, duzentos e dez reais), para suplementação da seguinte verba do orçamento vigente.

**Art. 2º** - Para abertura do crédito a que se refere o artigo 1º, será utilizada a seguinte dotação:

<b>09</b>	<b>Secr. Mun. Defesa, Desenv. Social e Cidadania</b>	
<b>09.06.00</b>	<b>Conselhos Municipais de Cidadania</b>	
3.3.50.00.00-28.241.4011-2479	Transferência a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	<u>152.210,00</u>
	<b>Total</b>	<b>152.210,00</b>

**Art. 3º** - O valor do presente crédito será aberto por Decreto do Executivo, nos termos do Artigo 43 da Lei Federal 4320/64.

**Art. 4º**- As despesas decorrentes com a execução da presente Lei, correrão por conta de dotações próprias, consignadas no orçamento, suplementadas se necessário.

**Art. 5º** - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Bebedouro, 12 de maio de 2016

**Fernando Galvão Moura**  
Prefeito Municipal

“Deus Seja Louvado”

004



**Prefeitura de  
Bebedouro**

ADM. 2013/2016



*Unindo esforços, somando competências*

Praça José Stamato Sobrinho - Nº 45 - CEP 14701-009 - Cx Postal 361  
CNPJ - 45.709.920/0001-11 - Insc. Est. Isenta  
BEBEDOURO - Estado de São Paulo  
Fone: (17) 3345-9100 www.bebedouro.sp.gov.br

## Crédito Suplementar

**Art. 1º.** ...a abertura de um crédito suplementar no valor de R\$ 152.210,00 (Cento e cinquenta e dois mil, duzentos e dez reais).

<b>09</b>	<b>Secr. Mun. Defesa, Desenv. Social e Cidadania</b>
<b>09.06.00</b>	<b>Conselhos Municipais de Cidadania</b>
3.3.50.00.00-28.241.4011-2479	Transferência a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos _____
	<u>152.210,00</u>
	<b>Total</b> <b>152.210,00</b>

**Art. 2º.** O valor de presente crédito será aberto por decreto do Executivo, nos termos do artigo 43 da Lei Federal 4320/64.

**OBS:** Repasse de subvenção às entidades referente destinação do Imposto de Renda para o Conselho Municipal do Idoso, em parcela única.

# Idoso

Conselho Municipal  
de Bebedouro



Prefeitura de  
Bebedouro

ADM. 2013/2016



*Câmara*

Bebedouro, 26 de Abril de 2016.

Ofício 117/2016

De: Conselho Municipal do Idoso

O Conselho Municipal do Idoso, vem por meio deste encaminhar à Vossa Senhoria os valores que serão atribuídos as Instituições Sociais que obtiveram seus projetos aprovados pelo Colegiado, conforme segue discriminado em planilha anexa.

Solicitamos a elaboração da Lei para ser enviada à Câmara Municipal com recursos oriundos da **destinação do Imposto de Renda para o Conselho Municipal do Idoso**.


O recurso deverá ser repassado em parcela única a serem executadas de Janeiro a Dezembro de 2016, a título de ressarcimento a partir de 01 de Janeiro á 31 de Dezembro de 2016.

No aguardo de suas imediatas providências, subscrevemo-nos,

Atenciosamente

  
**José Ricardo Toledo Silva**  
Responsável/Prestação Contas

José Ricardo Toledo Silva  
RG 9.645.853 - Chefe de Divisão  
Depto. Promoção e Assist. Social  
Pref. Municipal de Bebedouro

  
**Flávia Cristina da Silva Marangoni**  
Presidente do Conselho do Idoso

Ilmo. Senhor  
Josué Marcondes de Souza  
Diretor Financeiro da Prefeitura Municipal de Bebedouro.

Bebedouro, 26 de Abril de 2016

O FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO DE BEBEDOURO, órgão permanente, deliberativo e normativo no âmbito municipal, vem através deste encaminhar os valores da subvenção referente a recursos de 1% (um por cento) do Imposto de Renda, das entidades sociais para o ano de 2016.

SUBVENÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA - 2016 Repasse de Recurso Aprovado	
ENTIDADES/CMDCA IR	Valor Parcela Única
Lar do Idoso Servas do Senhor CNPJ: 57.726.978/0001-52	RS 36.560,00
Recanto São Vicente de Paulo - Associação Protetora da Infância Província de São Paulo CNPJ: 60.919.909/0001-70	RS 41.980,00
Vila Beato Contardo Ferrini - Vila Vicentina CNPJ: 45.244.290/0001-57	RS 17.490,00
Sociedade Obreiro da Caridade - Vila Lucas Evangelista CNPJ: 51.816.965/0001-98	RS 56.180,00
<b>TOTAL</b>	<b>RS 152.210,00</b>

Total da Subvenção do Imposto de Renda do Fundo Municipal do Idoso de 2016 – R\$ 152.210,00  
(Cento e cinquenta e dois mil, duzentos e dez reais)

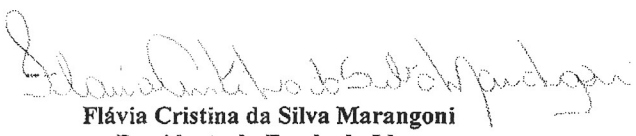
Bebedouro, 26 de Abril de 2016  
Dotação Orçamentária nº

Subvenção Janeiro/Dezembro - 2016

Subvenção de Ressarcimento ao mesmo período.

  
José Ricardo Toledo Silva  
Prestação de Contas/Entidades

José Ricardo Toledo Silva  
RG 9.645.853 - Chefe de Divisão  
Depto. Promoção e Assist. Social  
Pref. Municipal de Bebedouro

  
Flávia Cristina da Silva Marangoni  
Presidente do Fundo do Idoso

Ilmo. Sr.  
Josué Marcondes de Souza  
M.D. Diretor Financeiro.